



Universidade Federal de São Paulo

Campus Guarulhos

Unidade Universitária: Escola de Filosofia, Letras e Ciência
Humana

Departamento: educação PPG Educação e Saúde na Infância e na
Adolescência

ABDEL BONEENSA CÁ

ADOLESCENTES E JOVENS COM DIVERSIDADE DE
GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA

Guarulhos

2023

ABDEL BONEENSA CÁ

ADOLESCENTES E JOVENS COM DIVERSIDADE DE
GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Educação e Saúde na Infância e Adolescência da
Universidade Federal de São Paulo, como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Sylvia de Souza Vitalle
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Humano e Saúde

Guarulhos

2023

Cá, Abdel Boneensa

Adolescentes e jovens com diversidade de gênero e violência sexual: uma revisão sistemática/Abdel Boneensa Cá. – Guarulhos, 2023.

Dissertação (Mestrado em Ciências). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanidade.

Orientadora: Professora Doutora Maria Sylvia de Souza Vitale.

Título em inglês: Adolescents and young people with gender diversity and sexual violence: a systematic review.

1. Adolescente. 2. Juventude. 3. Violência sexual. 4. Pessoa Transgênero.
I. Orientadora. II. Título.

ABDEL BONEENSA CÁ

ADOLESCENTES E JOVENS COM DIVERSIDADE DE
GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Educação e Saúde na Infância e Adolescência da
Universidade Federal de São Paulo, como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Humano e Saúde

Data da defesa: 31 de maio de 2023.

Dr^a. Maria Sylvia de Souza Vitale

Dr^a. Elizabeth Cordeiro Fernandes

Dr^a. Mércia Lamenha Medeiros

Dr^a. Maria Cristina Antunes

Não seríamos adultos, sem passar pela adolescência!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao altíssimo Deus todo poderoso pela Dom de vida, força e coragem em me conceder a energia para lutar e não desistir dos meus percursos acadêmicos. Em especial, dedico este trabalho a minha mãe, uma mulher guerreira, não estudada e que conhece o papel da educação para a vida de um homem. Uma mulher que sempre lutou para que todos os seus filhos pudessem desfrutar da sabedoria acadêmica e se tornarem um homem ou uma mulher de caráter. Me lembro e lembrarei das “Mandjuandadi” que desistiu de ir para não deixar faltar a comida, o dinheiro das mensalidades escolares e das vezes que tinha que servir comida as presas da panela para que possamos matar a fome antes de partir para as aulas.

Outrossim, dedico este trabalho a toda população Trans do mundo e, em especial aos adolescentes e jovens com diversidade de gênero que nos seus cotidianos lutam pela sobrevivência dos preconceitos, transfobia, discriminação, rejeições e, acima de tudo, pela vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida, força para ultrapassar todas as barreiras durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos que me incentivaram nos momentos de apuros e que entenderam às vezes minhas ausências enquanto eu me dedicava horas para a realização deste importante trabalho.

À minha orientadora Maria Sylvia de Souza Vitalle pela dedicação e compreensão durante todo o percurso de elaboração deste trabalho e agradeço também a parceria da Denise Chrysostomo Suzuki pelo apoio e atenção na construção deste trabalho.

Ao Programa de pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos pela oportunidade de desenvolver este trabalho.

“O meu sentimento e a minha dor, você jamais poderá sentir e nem tocar; portanto, peço só um minuto de liberdade pelo que sinto internamente”

“Abdel Boneensa Ca”

RESUMO

Objetivo: Identificar/Analisar as características da violência sexual contra adolescentes e jovens trans, suas repercussões e os fatores que a propiciam. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática de abordagem qualitativa e de caráter descritivo-exploratório conduzida segundo a metodologia proposta pelo Instituto Joanna Briggs; utilizando a recomendação de relato *do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses (PRISMA)*. A pergunta norteadora foi elaborada envolvendo o acrônimo PICO: P = adolescentes e jovens trans; I = violência sexual; Co = fatores predisponentes serviços de saúde. A pesquisa nas bases de dados foi efetuada nos meses de julho e agosto de 2022 por dois revisores de forma independente e incluiu as seguintes bases: Pubmed, Embase, Scopus, Lilacs, Scielo e *Web of Science*. Como critério de inclusão foram considerados estudos primários de abordagem qualitativa disponíveis na íntegra; população de adolescentes e jovens trans na faixa etária de 10 a 24 anos e que sofreram violência sexual. Foi utilizada, também, a *literatura cinzenta*, protocolos publicados pelas instituições credenciadas, dissertações e teses de doutorado. **Resultados:** A pesquisa analisou três artigos que foram publicados entre 2017 e 2021 e os resultados foram categorizados em: 1) Perpetradores da violência sexual contra a população trans; 2) Tipos de violências sofridas pelas pessoas Trans e os fatores que influenciam sua ocorrência e 3) Consequência da violência na saúde de adolescentes e jovens Trans. **Considerações finais:** Há repercussões de ordens psicológicas, sexuais, físicas e sociais na vida dessas pessoas. Pessoas trans que sofreram a violência sexual têm medo de ter novos relacionamentos, dificuldade de estabelecer relacionamento íntimo e amigável e se sentem culpadas pelas violências sofridas, apresentam mudanças no comportamento e insegurança nos espaços públicos. Depressão, ansiedade, baixa autoestima, lesões corporais, estresse pós-traumático, distúrbios de sono e do aprendizado, delírios, alucinações, transtornos psicóticos, ideação suicida e até a morte também estão presentes. Como fatores que propiciam a violência se apresentam a discriminação, aversão estigma e preconceitos enraizados na sociedade.

Palavras-chave: Adolescente, Saúde do adolescente, saúde mental, comportamento do adolescente, pessoas transgênero, identidade de gênero, violência sexual.

ABSTRACT

Objective: To identify the characteristics of sexual violence against adolescents and trans youth, its repercussions and the factors that lead to it. **Methodology:** This is a systematic review of a qualitative approach and of a descriptive-exploratory nature conducted according to the methodology proposed by the Joanna Briggs Institute; using the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses (PRISMA) reporting recommendation. The guiding question was elaborated involving the acronym PICO: P = adolescents and young trans; I = sexual violence; Co = predisposing factors health services. The database search was carried out in July and August 2022 by two reviewers independently and included the following databases: Pubmed, Embase, Scopus, Lilacs, Scielo and Web of Science. As inclusion criteria, primary studies with a qualitative approach available in full were considered; population of trans adolescents and young people aged 10 to 24 years who have suffered sexual violence. Gray literature, protocols published by accredited institutions, dissertations and doctoral theses were also used. **Results:** The research analyzed three articles that were published between 2017 and 2021 and the results were categorized into: 1) Perpetrators of sexual violence against the trans population; 2) Types of violence suffered by Trans people and the factors that influence its occurrence and 3) Consequences of violence on the health of Trans adolescents and young people. **Final considerations:** There are psychological, sexual, physical and social repercussions in the lives of these people. Trans people who have suffered sexual violence are afraid of having new relationships, find it difficult to establish an intimate and friendly relationship and feel guilty for the violence suffered, have changes in behavior and insecurity in public spaces. Depression, anxiety, low self-esteem, bodily injury, post-traumatic stress, sleep and learning disorders, delusions, hallucinations, psychotic disorders, suicidal ideation and even death are also present. Discrimination, stigma aversion and prejudice rooted in society are presented as factors that promote violence. **Keywords:** Adolescent, Adolescent health, mental health, adolescent behavior, transgender people, gender identity, sexual violence.

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	4
1. Adolescência	4
1. 2. Vulnerabilidades na adolescência e juventude	4
1.3 As variabilidades de gênero na adolescência e juventude	6
1.4 Transexualidade e Travestilidade	7
1.5 Violências no contexto geral	8
1.5.1 Violência sexual contra adolescentes e jovens trans	9
1.6. Políticas Públicas de Prevenção e combate à violência contra população com diversidade de gênero (Trans)	11
1.6.1 Políticas públicas na saúde	13
1.6.2 Justificativa e problematização da pesquisa	15
2. OBJETIVOS	17
Objetivos gerais.....	17
Objetivos específicos	17
3.METODOLOGIA	18
3.1 Desenho do estudo	18
3.2 Protocolo e registro	18
3.2. 1 PERGUNTA NORTEADORA	19
3.2.2 Critérios de inclusão	19
3. 2. 3 Critérios de exclusão	19
3.2.4 Estratégia de busca	19
3.2.5 Seleção dos estudos	20
3.3 Questões éticas	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1. Estratégia e processo de seleção dos estudos	22

4.2 Artigos incluídos	23
Quadro 2. Caracterização dos estudos selecionados segundo o título, autor (es), país, ano de publicação, idioma e revista.	24
Quadro 3 - Caracterização dos artigos selecionados a partir dos objetivos, desenho do estudo, número de participantes, principais resultados e conclusões. Em amarelo aspectos que podem ser discutidos (compreendo que aqui escrito como está no artigo)	25
Quadro 4 - Caracterização dos artigos selecionados a partir dos objetivos, desenho do estudo, número de participantes, principais resultados e conclusões.	26
Perpetradores da violência sexual contra a população trans	27
Tipos de violências sofridas pelas pessoas Trans e os fatores que influenciam sua ocorrência	28
Consequência da violência na saúde de adolescentes e jovens Trans	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6. REFERÊNCIAS	31
7. Anexos e Apêndices.	

Lista de Abreviaturas

ID - Identificação do artigo

A - Artigo

Lista de Siglas

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e

Transexuais BSH - Brasil Sem Homofobia

CDIH - Comissão Internacional de Direitos

Humanos ECA - Estatuto da Criança e

Adolescente

IST's - Infecções Sexualmente

Transmissíveis LGBT - Lésbicas, Gays,

Bissexuais e Transexuais

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer,
Intersexo, Assexual e Outros

OMS - Organização Mundial

da Saúde SUS - Sistema

Único de Saúde

TGEU - Transgender Europe

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO

Sou homem, heterossexual, cisgênero, nascido na Guiné-Bissau, um país de pequena dimensão territorial e populacional; porém com diversidade cultural extremamente rica. Tem como idioma oficial a língua portuguesa por questões da colonização “invasão europeia” ao continente mais devastado econômica e culturalmente.

Um olhar social nas questões trans

Atualmente, o mundo vive uma das mais altas fases do desenvolvimento humano e, certamente, a mais conturbada da história da humanidade em que pensar as questões da identidade de gênero e orientação sexual tornou-se uma das preocupações na literatura. Aliás, a problemática da identidade de gênero e da orientação sexual têm ganhado destaque no cenário acadêmico, porém, poucos estudos suscitaram a necessidade de entender os verdadeiros fatores que ocorrem na identidade de gênero dos indivíduos.

A discriminação e o estigma atrelado a identidade de gênero atingiram um nível preocupante nas sociedades, desde a violação dos direitos humanos e, fundamentalmente da população com diversidade de gênero. Assassinatos bárbaros, crimes de ódio aos indivíduos que não se identificam com o padrão binário hegemônico estabelecido ao longo dos séculos, têm vitimado milhares de pessoas em todo o mundo.

A liberdade de expressão deve ser igual a liberdade do sentimento interno (isto quer dizer que, o Homem só expressa o que sente e visualiza ao seu redor). Recusar o sentimento do outro, é negar-lhe o direito e a liberdade de ser visível e existir como ser humano único e com todas as suas especificidades.

Percurso acadêmico

Estudei na Escola Unificada Dom Settimio Arturo Ferrazzetta Cumura-1 desde o ensino primário até o décimo ano da escolaridade e posteriormente tive que concluir o ensino médio na Escola Doutor Agostinho Neto situada na Capital Guineense. Frequentei “*Le Centre Culturel Franco-Bissau – Guinéen*” onde cursei a língua francesa de 2011 a 2013, obtendo “*Diplôme d`Étude en Langue Française*” denominado “DELF B2”.

Em 2013, ingressei na Universidade Lusófona da Guiné-Bissau onde cursei o curso de Enfermagem Superior por dois semestres. Na ocasião, tive a oportunidade de participar do processo seletivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB), situada no interior do Estado de Ceará, na qual fui aprovado no curso de bacharelado em Enfermagem. Em 2015, parti para uma viagem longa e num país de tamanho continental e com uma gigantesca diversidade cultural, social e econômica.

Apesar dos altos e baixos, consegui concluir o bacharelado em Enfermagem de 2015 a 2020; e com a curiosidade científica de entender as causas da mortalidade materna nos países em desenvolvimento e desenvolvidos, desenvolvi a monografia intitulada “*Lacunas da assistência Pré-natal que influenciam na Mortalidade Materna: uma revisão integrativa*”.

Após a realização desse fabuloso trabalho de conclusão do curso, despertou-me o interesse em realizar pesquisas relacionadas à adolescência e juventude, sendo uma população vulnerável a diferentes tipos de violência o que contribuiu muito para a escolha do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência.

Durante a trajetória acadêmica na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, trabalhei nos diferentes projetos de extensão como: Grupo de Pesquisa Qualidade dos Serviços de Saúde (GEPex QS), professor voluntário e bolsista no programa de extensão de Línguas estrangeiras e portuguesa (PIBELPE); professor bolsista no programa Idiomas Sem Fronteiras vinculado ao Ministério da Educação do Brasil (Mec-Sesu-Unilab).

Perante o exposto, essa trajetória contribuiu para a continuidade do meu percurso acadêmico e é um dos motivos para a escolha do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Campus-Guarulhos.

A priori, o projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo teve como tema: Características e Repercussões da violência sexual contra adolescentes na Guiné-Bissau, em prol da pandemia do Covid – 19, não foi possível a sua materialização, em função do advento da pandemia de COVID-19, o que permitiu a adoção de um novo tema intitulado: Adolescente e jovem com diversidade de gênero e violência sexual: uma revisão sistemática.

A escolha do orientador se deve à experiência, linhas de pesquisa e a contribuição da literatura científica com a temática em questão sobre adolescência e sendo uma pesquisadora com ampla experiência na pediatria, adolescência e juventude.

A necessidade de realizar estudo com o tema transexualidade se deve a longa observação e análise do preconceito, estigma, marginalização e o desprezo em relação ao

tratamento das pessoas com diversidade de gênero. por outro lado, tive o desvelo de entender de perto as causas da transexualidade, sendo que vim de um país em que as pessoas consideradas fora do padrão hegemônicos são vistas como “possuídas” e passam por situações que hoje em dia desígnio de “desumano” a partir do entendimento e do ponto de vista de um pesquisador do problema. Outros motivos foram a participação do grupo de pesquisa Grupo de Revisão Sistemática com população trans, que atualmente está desenvolvendo o tema da importância das famílias na abordagem aos adolescentes e jovens transexuais, e que está inserido no Grupo de Pesquisa *Atenção Integral e Interdisciplinar ao Adolescente*.

Apesar de ser um homem cisgênero, nascido num país africano em que as pessoas com diversidade de gênero, ou seja, que não se identificam com o corpo de nascença ou sexo atribuído durante o nascimento não têm o direito de se manifestar seus sentimentos internos. Em certos momentos, pude presenciar a hostilização de uma pessoa gay; o que me suscitou a atenção de compreender o que leva uma pessoa nascida de sexo masculino e se designa de sexo feminino e vice-versa. Hoje, entendo que a questão da sexualidade e da identidade são questões totalmente distintas e que a sociedade ainda carece dessa diferença.

Durante toda a minha trajetória acadêmica, trabalhar com o tema transexualidade foi um desafio e a viagem mais longa que já embarquei na literatura. Um tema extremamente desafiador e menosprezado sobretudo quando se fala da violência sexual sofrida pela população de adolescente e jovem trans.

Como profissional da área de saúde, o meu maior sonho é poder cuidar das pessoas com a necessidade de assistência e de forma humanizada. No percurso desta viagem, pude perceber que pessoas com diversidade de gênero passam pelos processos do adoecimento causado pela sociedade que ora dita “justa” ora “desigual”.

Desta forma, diante deste percurso, objetivo deste trabalho foi identificar as características da violência sexual contra adolescentes e jovens trans, assim como conhecer as repercussões da violência sexual na saúde mental de adolescentes e jovens trans e, enfim, descrever os fatores que propiciem a ocorrência de violência sexual contra adolescentes e jovens trans.

INTRODUÇÃO

1. Adolescência

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a fase da adolescência como um período de vida entre a infância e a vida adulta e que se inicia aos 10 anos e vai até aos 19 anos de idade. Assim sendo, a OMS define os limites cronológicos para definir adolescência no período que compreende dos 10 aos 19 anos completos e a juventude, aquele período que se estende dos 15 aos 24 anos (OMS,2009).

No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquadram-se os adolescentes como todos os indivíduos que se encontram na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade, sendo referência, desde 1990 na criação e garantia dos direitos dessa população (ECA, 1990).

Em todas as sociedades, os adolescentes e jovens desempenham um papel importante e representam a força tarefa na economia, na cultura e na preservação da espécie humana. Só na América Latina e no Caribe, os adolescentes e jovens representam 30% da população (OMS, 2022).

Nota-se que, em certas sociedades, o ciclo de vida dos adolescentes pode mudar de acordo com as circunstâncias culturais e históricas vivenciadas. Nos Estados Unidos e na maioria das outras culturas, a adolescência se inicia aproximadamente entre os 10 e 13 anos de idade e termina por volta dos 19 anos. Portanto, nessa fase, denotam-se às mudanças biológicas, cognitivas e socioemocionais dos adolescentes, assim como, o desenvolvimento das funções sexuais pelos processos de pensamento abstratos e até sua independência familiar (SANTROCK, 2014; BECKER, 2017).

A adolescência é um momento especial e singular da vida humana, caracterizada pelas mudanças de cunho holístico no campo biológico, social, psicológico, mental, e, denominada de momentos de instabilidade do crescimento humano, podendo assim, trazer consigo preocupações para os pais e a sociedade em geral (BOCK, 2007; MARTINS,2019).

1. 2. Vulnerabilidades na adolescência e juventude

A adolescência é entendida como uma fase em que ocorrem mudanças em todos os aspectos da vida (VITALLE, 2012).

Todas as transformações pelas quais o adolescente passa podem se constituir em vulnerabilidade. A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano

em que ocorre uma série de transformações, pontuando a passagem da infância para a vida adulta. Momento único, em que o indivíduo se depara com o novo em relação ao mundo interno e ao externo. Esse processo tem como marco orgânico o fenômeno da puberdade, em que se adquirem, passo a passo, o novo contorno corporal e as modificações no papel sexual. Ao final dessa etapa, além de ter internalizado o novo corpo, o adolescente terá reformulado o vínculo com as figuras parentais, constituindo uma identidade própria e uma nova inserção social (VITALLE, 2012, p.53).

Pode-se afirmar que os adolescentes e jovens são populações mais vulneráveis nas suas mais diversas formas, visto que a adolescência é uma fase em que ocorrem interações com o novo e o desconhecido. No mundo inteiro, a noção de adolescentes e jovens se associam com a crise, desordem, irresponsabilidade sendo um problema social que merece atenção e resolução por parte da sociedade (BRASIL, 2007; CELION *et al*, 2015; WARPECHOWSKI e DE CONTI, 2018).

Conforme relatado por Celion e colaboradores (2015) a vulnerabilidade na adolescência perpassa não somente pelo simples conhecimento das Infecções Sexualmente Transmissíveis, como tem sido reportado ao longo dos séculos na literatura. Também, ela pode se apresentar como violência, o que inclui homicídios, circunstâncias de acidentes, gravidez não planejada, prostituição e abuso de substâncias entre outras situações.

Diante do exposto, entende-se que a vulnerabilidade consiste em uma situação de risco, que pode estar relacionada a fatores individuais, socioculturais, econômicos, políticos, biológicos e familiares. Em vista disso, a noção da adolescência é vivenciada de forma peculiar nos distintos grupos, culturas e sociedades. (BRASIL, 2007; BRASIL, 2015; CARMO e GUIZARDI. 2018).

AMORA., CAMPOS, BESERRA, 2015 afirmam que a adolescência é caracterizada pela puberdade, momento no qual pode ocorrer o início da atividade sexual e conseqüentemente podem surgir situações de vulnerabilidade como sofrer violações de seus direitos, casamento arranjado, maternidade precoce, ou, ainda, se estar exposto à ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Além disso, é fundamental compreender o cosmo do adolescente desde suas múltiplas particularidades, levando em consideração a influência do meio social como a família, a escola, os colegas e amigos e, por fim, se o adolescente acredita ou não em valores religiosos (QUIROGA, VITALLE, 2013; CEOLIN *et al*, 2015; SAPIENZA *et al.*, 2019).

Estas situações tornam esses adolescentes ainda mais vulneráveis podendo perpetuar o ciclo de pobreza, pois se evadem do ambiente escolar, não adquirem formação

suficiente para ocupar melhores cargos, empregos e salários, tornando-se então, a pobreza, um ciclo vicioso (UNICEF, 2018).

1.3. As variabilidades de gênero na adolescência e juventude

A Organização das Nações Unidas (ONU), no seu artigo segundo, sobre a Declaração dos Direitos Humanos, afirma que todo ser humano tem o direito e a capacidade de gozar de liberdade, sem distinção de qualquer natureza, seja de cor, raça, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra espécie (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Outrossim, todo ser humano é detentor de sua liberdade e de expressar seus sentimentos, tanto internos quanto externos, dentro de suas limitações e diferenças desde que não interfira na liberdade dos outros.

Ao abordar as questões de identidade de gênero e da orientação sexual, nota-se que esses temas exigem uma reflexão e análise sociocultural, visto que, são temas que constituem dúvidas na percepção das pessoas, ou seja, são assuntos pouco distinguidos nos sistemas educacionais. Para tanto, iremos diferenciar e explicar os termos, orientação sexual e a identidade de gênero baseando nos teóricos que estudam o contexto sexualidade.

Soares e Vitalle (2019) apontam que todo ser humano independentemente de seu sexo de nascença possui uma orientação sexual, que o leva a se sentir atraída/o de forma afetiva e sexualmente por outras pessoas, sejam do mesmo sexo ou do sexo oposto. Logo, infere-se que a orientação sexual perpassa a simples compreensão do que seria nascer homem/mulher e se envolver de forma afetiva e/ou sexualmente com a pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto, porém, na visão das autoras, existe um fator denominado “variação de afeto e desejo ligado às circunstâncias ou características específicas”.

Para Ciasca *et al.* (2021) a identidade de gênero está enraizada no indivíduo em se reconhecer como do sexo masculino ou feminino, considerando que esta designação se encontra fora do padrão binário hegemônico e independentemente do sexo biológico. No entanto, a questão do sexo é “auto-referido” e só a pessoa pode exteriorizá-la.

Conforme Gomes (2012) o termo “gênero” enquadra todos os seres humanos “com todas as limitações como pessoas cisgêneros e transgêneros”, termos também que podem ser designados de “Cis” e “Trans”. Entretanto, para a autora, pessoas Cis ou Cisgênero são todos indivíduos que se identificam com o sexo de nascença, ou seja, o

sexo atribuído biologicamente durante o nascimento, ao passo que, pessoas Trans ou Transgênero enquadram indivíduos que não se identificam com o sexo biológico que lhe foi atribuído no momento de nascimento.

A identidade de gênero se estabelece desde a infância, porém, se consolida na adolescência. Portanto, crianças e adultos podem se identificar como pessoas transgêneros quanto às suas percepções de gênero, ou seja, seu sentimento interno de ser homem ou mulher, se reflete no sexo oposto ao que lhe foi atribuído ao nascimento (MURCHISON *et al.*, 2022).

1.4 Transexualidade e Travestilidade

Transexuais e Travestis são indivíduos considerados desviantes da identidade de gênero, ou seja, pessoas que não se identificam com o sexo físico e biológico que lhes foram atribuídos ao nascer.

Perante o exposto, entende-se que pessoas trans ou transexuais formam um grupo de indivíduos, diversificado, cuja identidade de gênero difere de seu sexo normatizado, ou seja, “homem cisgênero ou mulher cisgênero”. Portanto, vale salientar que não se sabe ao certo, por que uma pessoa se designa transexual apesar das várias teorias em torno do assunto, em que umas afirmam que a transexualidade está relacionada com questões biológicas e sociais (DE JESUS, 2012; SAFER e TANGPRICHA, 2019). Importante, a este ponto, destacar que a evolução do pensamento que norteia o estudo dos critérios diagnósticos, no tocante à transexualidade, a partir de 2013, permitiu que se retirasse a transexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5, documento criado pela Associação Americana de Psiquiatria, para padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam a mente e as emoções, não mais considerando-a como doença, embora se tenha optado, na ocasião, por manter o diagnóstico relacionado ao sofrimento marcante e/ou prejuízo sócio-ocupacional intenso que pode estar associado à não identificação com o gênero designado ao nascimento, esta questão foi nomeada, então, como “disforia de gênero”.

CLARK *et al.*, 2014 e RIDER *et al.*, 2018 apontam que pessoas trans apresentam uma incongruência de gênero com o sexo atribuído ao nascimento. Assim sendo, estima-se que 1, 2% a 2,7% dos adolescentes se identificam como população transgênero.

Diferentemente das pessoas transexuais, embora não seja o foco deste estudo, importante salientar que as pessoas travestis são indivíduos que vivenciam papéis de gênero feminino, porém não se identificam como homens ou mulheres, contudo, como integrantes de um terceiro gênero ou de um não-gênero (DE JESUS, 2012).

Travesti se refere a uma identidade peculiar dos países da América Latina, Espanha e Portugal, com uma construção histórica importante no Brasil, particularmente a partir da segunda metade do século XX. A palavra travesti foi adquirindo novos significados, no Brasil, ao longo do tempo. Na década de 60 era utilizado para designar “homens que se travestem de mulher”, não se referindo necessariamente a uma forma de identidade. A partir da década de 70, na esfera dos movimentos homossexuais e com as novas possibilidades de uso de hormônios e silicone, na década de 80, que a travesti surge como identidade própria (CARVALHO, CARRARA, 2013).

Conforme Sampaio e Coelho (2012) pessoas transexuais apresentam uma desconexão psíquica com o sexo heteronormativo, com isso, ocorre um processo de dissociação entre seu sexo biológico e sua identidade de gênero. Ao passo que, indivíduos designados de Travestis não possuem essas características, porém, suas identidades de gênero estão ligadas ao sexo oposto, o que pode estar associado nas formas de vestimenta, de agir, de ser e de se comportar.

1.5 Violências no contexto geral

A violência, certamente, faz parte da história humana. E, seus impactos podem ser verificados em todas as sociedades e de várias formas. Pesquisas mostram que a cada ano mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas sofrem ferimentos não fatais resultante de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva. Em geral, estima-se que a violência seja uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo, podendo trazer consequências graves para a saúde física, emocional, cognitiva, comportamental e psicopatológica nas pessoas (DAHLBERG e KRUG, 2006; HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2014).

É importante frisar que, a violência é um dos principais problemas de saúde pública em todo o mundo, sendo uma situação que contribui para a diminuição da qualidade de vida e bem-estar de suas vítimas, impactando também familiares e amigos. Pode aparecer de várias formas na sociedade em que as maiores vítimas são crianças e adolescentes. Pode-se apresentar na forma de violência sexual, física,

psicológica, simbólica, patrimonial e tortura, entre outras (BRASIL, 2015; SANTOS e ANDRADE, 2018).

Pesquisa realizada por Antjoule (2016) no Reino Unido sobre o Relatório de crime de ódio contra a comunidade LGBT, mostrou que 1 em cada 4 pessoas da comunidade LGBT, já experimentou agressão física em decorrência do crime de ódio, o que corresponde a 25% dos entrevistados. Ainda, outros dados revelam que 1 em cada 10 pessoas dessa comunidade, já sofreu alguma forma de violência sexual. A pesquisa mostrou também que as pessoas trans eram mais propensas a experimentar violência (31%) e o maior número de violência sofrida eram dos homens (29%) em comparação com as mulheres (17%).

Sabe-se que a violência sexual se configura como uma importante questão da saúde pública mundial e de direitos humanos, atingindo todas as camadas sociais. No entanto, esse problema atinge mais de 40% das mulheres nos Estados Unidos da América durante suas vidas. Embora homens e mulheres sofram de agressão sexual, são as mulheres, crianças, adolescentes e pessoas com diversidade de gênero as mais vulneráveis (FARAHI e MCEARCHERN, 2021).

1.5.1 Violência sexual contra adolescentes e jovens trans

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2018) a violência sexual é conceituada como “qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa ou grupo por meio de coerção, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito”.

Conforme Guimarães (2018) a violência contra indivíduos baseada na sua identidade e orientação sexual é uma das formas pelas quais o estigma é expresso pela sociedade. Deste modo, esse estigma surge de um sistema de crenças, dominação e preconceitos onde as pessoas, homossexuais ou com diversidade de gênero, são vistas como de menor valia em relação à heterossexualidade. Contudo, o mesmo ocorre em relação ao gênero, em que a sociedade determina como válido os gêneros masculino e feminino, atribuídos durante o nascimento dos indivíduos, ao longo da história humana (GUIMARÃES, 2018; MEYER e NORTHRIDGE, 2007).

A Comissão Internacional dos Direitos Humanos (CIDH, 2014) afirma que a violência cometida contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) tem um significado diferente, de quando cometida contra pessoas ditas heterossexuais, logo,

nessa população, essa violência pode ser encarada como uma forma de punir e degradar as vítimas, por se identificarem fora do padrão hegemônico em que as identidades de gênero se opõem, às noções tradicionalmente aceitas na sociedade.

Todavia, a violência sexual está acompanhada de agressões que podem incluir a violência física e psicológica, gerando, no entanto, sequelas e traumas que prejudicam não só a saúde física da vítima como também a mental, impactando assim, na sua história de vida, em que muitas das vezes a/o vítima necessita de acompanhamento de profissionais da saúde ou de uma internação em centros de reabilitação e outras perdem a vida em decorrência da violência (DWORKIN *et al.*, 2017).

Estudos apontam que as mulheres transexuais e travestis estão entre os grupos mais acometidos pela violência, sendo marcadas pela exclusão, discriminação e marginalização social o que interfere diretamente nas suas condições de vida. Além disso, têm seus direitos negados, na maioria das vezes, no acesso à atenção integral à saúde e dificuldade de acesso aos serviços, especialmente, quando comparadas a outros grupos sociais (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016; RONCON *et al.*, 2019).

Estudo realizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) afirma que as estatísticas disponíveis, não reproduzem a verdadeira dimensão da violência sexual sofrida pelas pessoas da comunidade LGBT, especialmente pelas mulheres trans no continente americano. Sendo assim, a maioria dos casos de violência contra essa população não são denunciados, visto que temem represálias e não querem se identificar como tal, ou até mesmo não confiam na polícia ou no sistema judicial. Portanto, vale salientar que os estigmas e os preconceitos internalizados pelas próprias pessoas desse grupo podem dificultar que os abusos sejam reconhecidos e admitidos (CIDH, 2014).

A violência baseada em indivíduos com diversidade de gênero tem ganhado destaque tanto no cenário internacional quanto no Brasil. Segundo Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) por meio do projeto de pesquisa “*Trans Murder Monitoring*” (TMN), projeto este que tem como finalidade monitorar, coletar e analisar de forma sistemática, os relatórios de homicídios de pessoas com diversidade de gênero em todo mundo vem mostrando que o Brasil se situou como o país que mais reportou a questão de assassinatos dessa população em todo mundo (BENEVIDES, 2022a).

De acordo com Transgender Europe (TGEU), num total de 4042 assassinatos catalogados, 1.549 foram registrados no Brasil, ou seja, 38,2% de todas as mortes de pessoas trans do mundo. O Brasil permanece como o país que mais assassinou pessoas

trans em todo mundo, no ano de 2021, com 125 assassinatos, seguido do México (65) e Estados Unidos (53) (BENEVIDES, 2022b).

Corroborando com pesquisa realizada por Matos e Andrade (2018) os resultados apontam que as violências ocorrem de forma corriqueira, e que muitas das vezes são imperceptíveis, como uma forma de violação, acarretando problemas graves à saúde das vítimas. A violência tem consequências graves e que, na maioria das vezes, jamais poderá ser eliminada da vida das vítimas, como o medo, transtorno do pânico, ansiedade, depressão, distúrbios mentais, sequelas físicas, quando não da própria morte de suas vítimas.

Em estudo realizado por Moraes (2021), os resultados evidenciaram que pessoas ou grupos que não se identificam com o padrão hegemônico social e cultural têm maior probabilidade de sofrerem problemas mentais, devido a discriminação, machismo, racismo, ausência de moradia ou locais de moradia insalubres, preconceito institucional, dificuldades de relacionamentos, perdas de laços familiares e déficit nas perspectivas do futuro. Esses fatores podem desencadear problemas mentais que incluem: ansiedade, depressão, suicídio e a redução da qualidade de vida.

1.6. Políticas Públicas de Prevenção e combate à violência contra população com diversidade de gênero (Trans)

Sabe-se que a violência baseada na orientação sexual é um dos grandes problemas sociais da atualidade, e não menos importante para a segurança e saúde pública mundial. Diante deste cenário, as violências sofridas pela população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais são imensas e intensas. Os estudos, que se propõem a estudar a violência sexual nesta população são escassos e não reportam aos problemas vividos por esta população, de forma abrangente, de tal modo que os resultados estatísticos apresentados, até o momento, não refletem a real dimensão da questão. É sempre importante lembrar que a liberdade de identidade sexual, quanto a orientação sexual dos indivíduos é inegociável e imprescindível, em todas as sociedades.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, no seu artigo 6º estabelece que a educação, saúde, trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância são considerados direitos sociais fundamentais a todo cidadão brasileiro, independentemente de sua raça, cor, sexo, religião ou crenças sociais (BRASIL, 1988).

É importante destacar os determinantes sociais da saúde, como fatores que contribuem para a precariedade da saúde da população em geral, e que afeta diretamente pessoas com diversidade de gênero, o que as levam na maioria das vezes, no trabalho sexual como forma de sobrevivência.

De acordo com a Organização Mundial da saúde, os determinantes sociais da saúde são conceituados da seguinte forma (OMS, 2018):

São circunstâncias nas quais, as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem, e envelhecem, e o amplo conjunto de forças e sistemas que moldam as condições da vida cotidiana. Essas forças incluem sistemas e políticas econômicas, agendas de desenvolvimento, normas sociais, políticas sociais e sistemas políticos” (OMS, 2018).

Diante disso, é possível evidenciar que fatores sociais como a educação, *status* de emprego, renda, questões de gênero e etnia, atuam de forma marcante, nas condições de saúde, de uma determinada população. Diferenças como estas, são imensuráveis em todos os países, essas condições socioeconômicas interferem diretamente nas condições de saúde da população e podem ser alteradas por meio das ações baseadas em informações e políticas públicas eficientes (KRIEGER, 2001; OMS, 2018).

O homem ao nascer carrega uma determinada característica e necessidades fisiológicas, que o acompanham por toda a vida. Segundo JIMENEZ, ASSIS e NEVES (2015), quando abordam as questões dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes, afirmam que são amplamente declarados por meio das Conferências Internacionais, das quais o Brasil se configura como signatário. Apesar disso, a sexualidade é considerada como uma temática complexa e contraditória, em muitas sociedades.

A sexualidade representa o conjunto de meios pelos quais se mantém a espécie humana. Em certas culturas e sociedades, o tema ainda é tido como um tabu, o que acaba privando uma determinada população, do exercício adequado de seus direitos sexuais e reprodutivos. Em vista disso, Moraes afirma que:

Os Direitos Sexuais e Reprodutivos contemplam uma visão ampla de Direitos Humanos. Considerados fundamentais à dignidade da pessoa humana e que são pensados como dimensões da cidadania e da vida democrática. A liberdade de viver, a sexualidade e as garantias para exercer os direitos da reprodução de maneira segura são fundamentais para a promoção da saúde e do exercício do direito social (MORAES, 2019, p.70).

Assim sendo, é importante garantir o direito à sexualidade dos adolescentes, a liberdade de exercerem esse direito com autonomia, ao mesmo tempo com a responsabilidade e a devida proteção dos seus responsáveis legais. Por outro lado, é crucial investir em políticas públicas que sensibilizem e apoiem a materialização desses direitos humanos a todo cidadão do mundo.

1.6.1 Políticas públicas na saúde

O sistema de saúde pública brasileiro passou por diferentes momentos, o mais marcante foi a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) que trouxe mudanças nas estruturas sanitárias, nos direitos até então negados aos cidadãos, o reconhecimento da dignidade humana e do povo brasileiro. Em consideração a isso, a RSB foi influenciada por uma conjuntura política e social a partir da indagação do termo “reforma sanitária” pelo Senador Giovanni Berlinguer do Partido Comunista Italiano no 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. A Reforma Sanitária Brasileira, que surgiu na década de 1970, teve como um dos objetivos primordiais as mudanças nas condições de saúde da população através de um conjunto de ideias que não se restringem simplesmente ao Sistema de saúde, mas sim, ao setor saúde. No entanto, várias entidades se levantaram em protesto contra o sistema de saúde vigente, como resultado disso, surgiram movimentos dos docentes, estudantes, setores populares e profissionais da área saúde e a partir deste momento, criou-se o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) em 1976 (FLEURY, 1997; PAIM, 2008).

Em 1985, o Brasil conquistou a democracia que possibilitou a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde que decorreu em março de 1986. Esta conferência possibilitou mudanças extraordinárias na saúde pública brasileira, desde o reconhecimento de saúde como um direito de todos e dever do Estado. Nesta conferência, preconizou-se, ainda, a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) acessível a toda população brasileira e não brasileira que se encontram dentro do território brasileiro (PAIM, 2008).

Atualmente, o Estado de São Paulo é considerado um espaço de celebrações da Parada Orgulho LGBTI+ com mais entretenimento no mundo, onde milhares de pessoas se reúnem numa das mais lindas avenidas do Brasil para um evento caracterizado pela diversão e exposição de diferentes temas envolvendo pessoas dessa comunidade. A Parada Orgulho LGBTI+ surgiu como fruto de um movimento que se iniciou nas décadas de 1970 no Brasil e que se reorganizou na década de 1980, frente às crises de HIV/Aids e que ganhou a visibilidade na década de 1990, o que abre um vasto leque para as conquistas dos direitos das pessoas com diversidade de gênero (FÁBIO, 2021).

Exposto isto, vale realçar que marcos importantes foram estabelecidos até o ano de 2000, em que foi possível identificar alguns programas desenvolvidos pelo Governo

Federal em prol da população com diversidade de gênero. Ao longo deste período, houve a criação do Programa Brasil Sem Homofobia por parte do Poder Executivo em parceria com a Sociedade Civil Organizada (BHS) - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a comunidade LGBT e de Promoção a Cidadania Homossexual, que se efetivou em 2004. Em 2008, deu-se a realização da I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Logo depois, verificou-se o lançamento do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos em 2009, envolvendo pessoas com diversidade de gênero” (PNDCDH-LGBT), por fim, o Programa Nacional dos Direitos humanos como fruto da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012).

No Brasil, há vários movimentos de luta contra a violência homofóbica ao longo das décadas e apesar disso, continua sendo o país que mais assassina pessoas com diversidade de gênero, o que é amplamente divulgado em estatísticas mundiais. Posto isto, vale lembrar que em 2004 foi criado o Programa “*Brasil Sem Homofobia*”, programa esse que teve a participação direta do Governo Federal e da Sociedade Civil Organizada. Este programa teve como um dos objetivos primordiais combater a violência e à Discriminação contra a população LGBT, sensibilizar e promover a educação nas mudanças de comportamento dos gestores públicos (BRASIL, 2004).

Em 2006, o Ministério da Saúde do Brasil publica a Carta dos Direitos do Usuário da Saúde, que aborda os direitos e os deveres dos usuários do SUS. Esta carta traz seis (6) princípios que fazem menção a diferentes diretrizes da Política Nacional da Humanização do cuidado. Dentre os princípios desta carta, destaca-se: direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde, visando a um atendimento mais justo e eficaz; direito a tratamento adequado e efetivo para o problema, objetivando à melhoria da qualidade dos serviços prestado; cada cidadão tem direito a atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação; direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores, seus direitos; todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça de forma adequada; todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores de saúde, para que os princípios anteriores sejam cumpridos (BRASIL, 2006).

A partir da materialização da Carta dos Direitos dos Usuários, deu-se a origem ao Programa Mais Saúde-Direitos de todos, que em 2008, estabeleceu a proposta da reorientação da política de saúde, com ênfase na ampliação de acesso à saúde dos grupos

menos favorecidos da sociedade brasileira. Este programa teve sete eixos (7) que ajudam na garantia do direito básico à saúde da população desde: a promoção da saúde, atenção à saúde, complexo industrial da saúde, força de trabalho em saúde, qualificação da gestão, participação e controle social e por fim, cooperação internacional (BRASIL, 2008).

Em 2009, por meio do Conselho Nacional de Saúde foi instituída a Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT mediante a Resolução CNS nº 410, de 12 de fevereiro. Desta forma, publicou-se a revisão da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, na qual se incluiu a orientação sexual e a identidade de gênero, bem como, o direito ao uso do nome social no SUS, atendendo a publicação da Portaria MS nº 1820, de 13 de agosto (BRASIL, 2009). Neste mesmo ano, foi aprovada, na 203ª Reunião Ordinária pelo Conselho Nacional de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT que visa a promoção da saúde na atenção e no cuidado em saúde desta população, antepondo a redução das desigualdades em questões da orientação sexual e identidade de gênero, bem como no combate à discriminação nas instituições e Serviços do SUS.

A educação e a saúde constituem um dos mais importantes direitos sociais e fundamentais atribuídos a qualquer cidadão do mundo. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais só foi instituída em 2011 por meio da portaria nº 2.836 de, 01 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde do Brasil, denominada: “Política Nacional de Saúde Integral LGBT” no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e que tem como finalidade promover a saúde integral da população LGBT. Essa política zela pela eliminação da discriminação, do preconceito institucional e contribui para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo a toda população dentro do território brasileiro (BRASIL, 2011).

Diante do exposto, é urgente que as políticas públicas sejam efetivadas para garantir a liberdade e o direito das pessoas com diversidade de gênero, a viverem sem discriminação, estigmas ou preconceito e desta forma, contribuir para a sociedade e cultura em que vivem, e contribuir assim com todo o seu potencial de cidadania.

1.6.2 justificativa e problematização da pesquisa

Julgamos que este trabalho seja de relevância para a prática baseada em evidência, visto que, a literatura carece de estudos sobre a temática, com a população de adolescentes e jovens trans. Para o campo da saúde, esta pesquisa auxiliará aos profissionais para que

tenham a real dimensão de vulnerabilidades e das necessidades que as pessoas trans enfrentam nos seus cotidianos. Em vista disso, facilitará o melhor entendimento nas formas de abordagem nos atendimentos em diferentes unidades hospitalares e de saúde. Em prol disso e tem-se a enfermagem como uma profissão atrelada à humanização do cuidado, esta busca trará novas concepções na melhoria do acolhimento, encaminhamento e orientação do cuidado de pessoas com diversidade de gênero por parte dos profissionais da saúde. Desse modo, os resultados advindos desta pesquisa poderão auxiliar aos profissionais que atuam na prestação dos cuidados à população LGBTQIA+ a enxergar as lacunas presentes relacionadas às suas práticas, sobretudo em relação a violência perpetrada contra esses indivíduos no mundo, assim como incentivar a formulação, implantação e manutenção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de segurança, liberdade e autonomia. E, para o campo da ciência, esta pesquisa subsidiará as novas buscas em relação aos problemas preexistentes e associados à violência praticada contra a população de adolescentes e jovens trans.

2. OBJETIVOS

Objetivos gerais

Identificar/Analisar as características da violência sexual contra adolescentes e jovens trans.

Objetivos específicos

a). Conhecer as repercussões da violência sexual na saúde mental de adolescentes e jovens trans.

b). Descrever os fatores que propiciem a ocorrência de violência sexual contra adolescentes e jovens trans.

3.METODOLOGIA

3.1 Desenho do estudo

A revisão sistemática é considerada um método de grande impacto e que se caracteriza por um processo de elaboração clara e compreensível para coletar informações, selecionar, avaliar criteriosamente e sintetizar todas as evidências disponíveis, e, não apenas responder às perguntas de maneira criteriosa, porém, permitir que se identifique o que ainda a literatura desconhece e não discutiu a respeito do assunto em questão (GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011; FERENHOF e FERNANDES, 2016).

Salienta-se, ainda, que as abordagens qualitativas das revisões sistemáticas permitem ao pesquisador entender ou interpretar questões sociais, emocionais, culturais, comportamentais, interações e vivências que acontecem no âmbito do cuidado em saúde ou na sociedade, a partir da ocorrência de um fenômeno, além de subsidiar a proposição de novas teorias (GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

3.2 Protocolo e registro

Esta revisão foi conduzida segundo a metodologia proposta pelo Instituto Joanna Briggs (THE INSTITUTE JOANNA BRIGGS, 2014). Utilizando a recomendação de relato *do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses* (PRISMA) (LIBERATI *et al.*, 2009). SANTOS, PIMENTA e NOBRE (2007) propõem que para a elaboração da pergunta norteadora nas pesquisas de práticas baseadas em evidências seja adotada a estratégia PICO, onde o P = problema a ser pesquisada, I = intervenção, C = comparação ou controle, O = "outcome" (desfecho).

Geralmente, as revisões sistemáticas são registradas nas instituições credenciadas para avaliação da relevância da pesquisa e para analisar também a inexistência de trabalhos com as mesmas perguntas e objetivos a serem estudados. Entretanto, esta revisão não foi aceita para o registro no PROSPERO, pois, sua realização decorreu durante a Pandemia do Covid-19 e a instituição, naquele período, estava recebendo somente trabalhos que abordassem problemas relacionados ao Covid-19 (ANEXO B).

3.2. 1 PERGUNTA NORTEADORA

A pergunta norteadora foi elaborada envolvendo o acrônimo PICo (SANTOS., PIMENTA., NOBRE, 2007). P = adolescentes e jovens trans; I = violência sexual; co = fatores predisponentes. Deste modo, foi elaborada a seguinte pergunta: Como se caracteriza e quais são as consequências da violência sexual contra adolescentes e jovens trans?

3.2.2 Critérios de inclusão

Como critério de inclusão foram considerados estudos primários de abordagem qualitativa disponíveis na íntegra; população de adolescentes e jovens trans na faixa etária de 10 a 24 anos e que sofreram violência sexual. Além disso, foi utilizada a *literatura cinzenta*, que se refere ao uso de documentos não convencionais e semi-publicados no contexto acadêmico, governamental e na indústria não comercial; assim como, protocolos publicados pelas instituições credenciadas, dissertações e teses de doutorado. Não foram estabelecidos limites temporais dos estudos incluídos, disponíveis em português, inglês, espanhol e francês (GOMES, 2000).

3. 2. 3 Critérios de exclusão

Foram excluídos os estudos que abordam casos de suspeitas de violência sexual na população de adolescentes e jovens trans.

3.2.4 Estratégia de busca

A estratégia de busca é tida como uma etapa chave na elaboração de uma revisão sistemática, que consiste em pesquisa exaustiva da literatura para encontrar todas as evidências relevantes publicadas e não publicadas sobre o tema; exigindo do pesquisador uma busca minuciosa, objetiva e reproduzível num conjunto de recursos, para identificar o máximo possível de evidências (DONATO e DONATO, 2019).

A priori, foram consultados nas bases secundárias *The Joanna Briggs Library of Systematic Reviews*, (SANTOS; SECOLI; PÜSCHEL, 2018) e *International Prospective Register of Systematic reviews* (PROSPERO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System online* (MEDLINE) e Google acadêmico com a intenção de averiguar a existência

de revisões e estudos com o mesmo questionamento deste estudo. Entretanto, não foram encontradas revisões com o mesmo delineamento do tema e a pergunta norteadora.

Para conseguir localizar e agrupar os estudos, foi realizada a busca utilizando palavras-chave relacionadas ao tema: Adolescente, Jovem adulto, pessoas transgêneros e violência sexual. Após esta seleção, foi realizada a consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e ao *Medical Subject Headings* (MeSH) com o intuito de identificar os descritores controlados. Desta forma, em ambos os vocabulários, encontraram-se os seguintes correspondentes: Adolescente, juventude, violência sexual e pessoas transgêneros, assim como seus correspondentes em inglês, espanhol e francês.

Em seguida, foi utilizado o método de cruzamento dos descritores de forma separada, utilizando o operador booleano *AND* ilustrado no quadro 1.

A pesquisa nas bases de dados foi efetuada nos meses de julho e agosto de 2022 por dois revisores de forma independente e incluiu as seguintes bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (PUBMED/MEDLINE), *WEB OF SCIENCE*, *SCOPUS*, *EMBASE* e *LILACS* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Devido à escassez de artigos relacionados com o tema da pesquisa, decidiu-se aplicar o método de busca de Referência da Referência, o que nos possibilitou encontrar dois estudos a partir da referência primária encontrada numa das bases de dados pesquisadas. Vale salientar que esse método consiste em incluir as referências dos artigos incluídos no processo de triagem e de análise (SANDELOWSKI, 2010).

3.2.5 Seleção dos estudos

A avaliação de critério de elegibilidade dos artigos selecionados foi feita por dois pesquisadores de modo independente e padronizado com o mínimo de interferência. As divergências foram solucionadas por um terceiro revisor, o orientador da pesquisa, que auxiliou na análise e decisão sobre a inclusão ou exclusão dos estudos que suscitaram a discordância entre os dois revisores.

Diante disto, para evitar as perdas de informações de forma segura, o processo de gerenciamento de dados das pesquisas nas bases foi realizado através do software Zotero (um gestor de referência de software gratuito e de código aberto que permite armazenar, organizar, citar e compartilhar referências bibliográficas) (AHMED e DHUBAIB, 2011).

Nesta revisão sistemática, os artigos incluídos foram apreciados segundo os critérios de avaliação da qualidade “*Critical Appraisal tools for use in JBI Systematic*

Reviews” cuja finalidade é avaliar a qualidade metodológica de um estudo e determinar até que ponto um estudo abordou a possibilidade de viés, a condução do seu desenho e sua análise (INSTITUTE JOANNA BRIGGS *et al*, 2017) (APÊNDICE A).

3.3 Questões éticas

Este trabalho, por ser exclusivamente de revisão de literatura, sem incluir participantes de pesquisa, humanos ou animais vertebrados não humanos, está isento de registro no Comitê de Ética em Pesquisa, conforme expresso em DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE anexa (ANEXO B).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão apresentados os principais resultados da busca e seleção dos estudos incluídos nesta revisão, de modo claro e objetivo como preconizado pelo Manual da JBI segundo Munn e colaboradores (2020).

Apesar desta revisão sistemática não ter estabelecido os limites temporais dos estudos incluídos e a busca nas bases de dados ter se iniciado em março de 2022, os primeiros artigos sobre a temática começaram a aparecer a partir do ano 1997 nas bases de dados. Mesmo assim, houve grandes dificuldades para obter estudos que respondessem à pergunta desta revisão. Em todas as bases de dados consultadas, só foi possível encontrar um estudo que se enquadrasse nos critérios de inclusão, publicado na base de dados do Pubmed e datado no ano de 2017, o que possibilitou o entendimento das dificuldades encontradas em relação ao tema da pesquisa e contribuiu também para entender a relevância de pesquisar o tema.

As fontes utilizadas para a busca dos estudos encontraram somente um estudo que respondeu à pergunta desta pesquisa. Em vista disso, optou-se em realizar busca de referência por referência, a partir do artigo elegível para obter outras fontes de informações, o que possibilitou ampliar a busca para esta revisão sistemática.

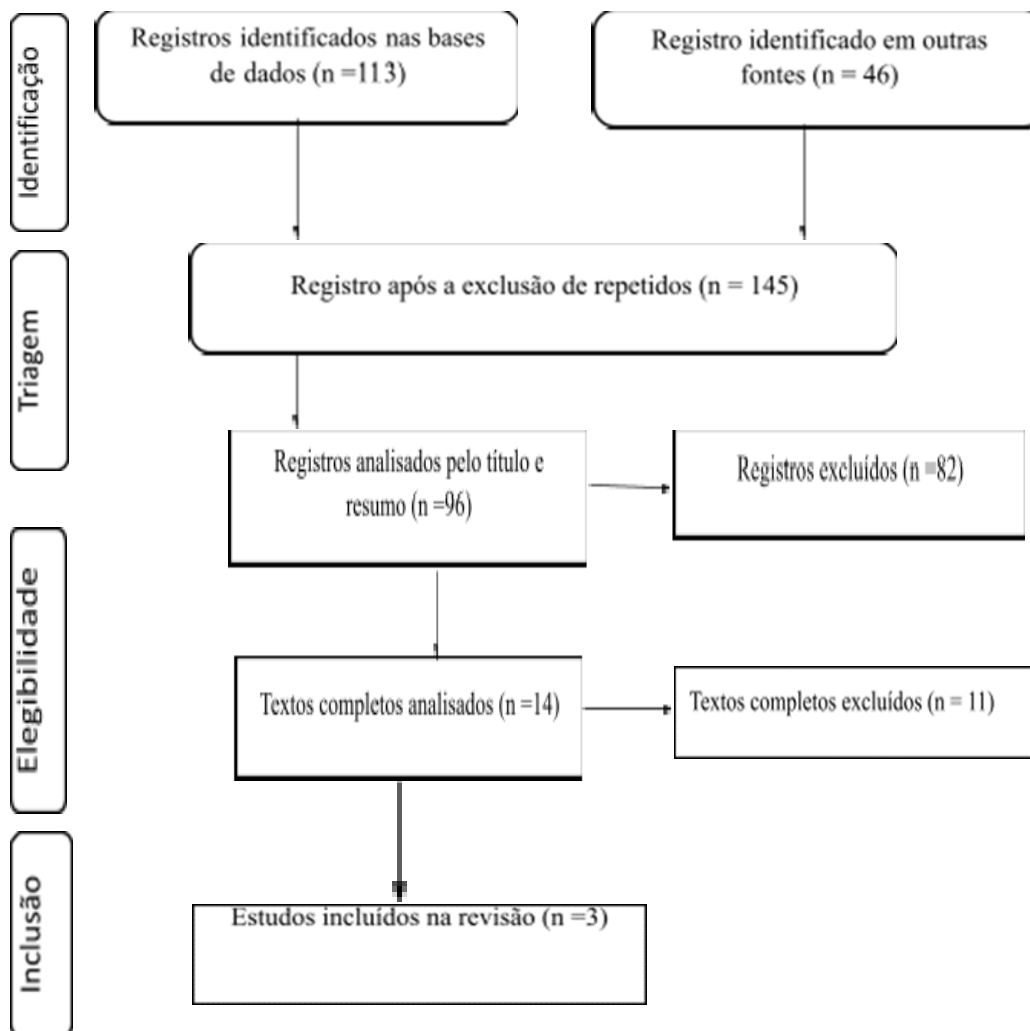
1. Estratégia e processo de seleção dos estudos

Quadro 1. Estratégia e seleção dos estudos nas bases de dados consultadas

PUBMED	((adolescent) OR (young people)) AND (sex offenses) AND (transgender person)
WEB OF SCIENCE	"transgender person" AND violence
SCOPUS	title-abs-ke ("transgender person" AND "sex offenses")
EMBASE	transgender person':ab,ti AND 'violence':ab,ti
LILACS	"transgender person" [Palavras] and violence [Palavras]

4.1.1 Artigos incluídos

O processo de seleção, avaliação e inclusão dos artigos estão ilustrados na Figura 1.



Fonte: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(6): e 1000097. doi:10.1371/journal.pmed.1000097

Figura 1. Fluxograma de Itens de Relato Preferenciais para Revisão Sistemática e Meta-Análises (PRISMA) do processo de triagem nas diferentes bases de dados

Quadro 2. Caracterização dos estudos selecionados segundo o título, autor (es), país, ano de publicação, idioma e revista.

ID	Título	Autor (es)	País	Ano de publicação	Idioma	Revista
A1	Sexual violence transgender history and welfare in people	Noelia Fernández-Rouco <i>et al.</i> ,	Espanha	2017	Inglês	Journal of Interpersonal violence
A2	Trans Feminine Sexual Violence Experiences: The Intersection of Transphobia and Misogyny	Sara Matsuzaka and David E. Koch	EUA	2020	Inglês	Journal of women and social work
A3	Trans Women's Responses to Sexual Violence: Vigilance, Resilience, and Need for Support	Alexandra J. Hawkey <i>et al.</i> ,	Austrália	2021	Inglês	Archives of sexual behavior

Quadro 3 - Caracterização dos artigos selecionados a partir dos objetivos, desenho do estudo, número de participantes, principais resultados e conclusões. Em amarelo aspectos que podem ser discutidos (compreendo que aqui escrito como está no artigo)

ID	Objetivo	população/faixa etária	Total de participantes	Principais resultados e conclusões
A1	Focalizar as experiências da violência sexual sofrida por indivíduos transgêneros espanhóis ao longo da vida	Transgêneros (homem e mulher) (18-52 anos)	(33)	<p>Neste estudo, os resultados apontam que a maioria dos participantes sofreu a violência tanto na infância quanto na vida adulta.</p> <p>Os dados mostram que mais da metade (51,7%) sofreu violência na infância e que o perpetrador foi um membro da família, seguido de 6,9% por estranhos e 41,4% por um conhecido da vítima.</p> <p>Dos participantes, 10 relataram a re-vitimização após a infância, 60% acometidos por parceiro íntimo, 30% por conhecidos e 10% por um membro da família. Os tipos de abuso mais frequentes foram: beijo carícia não genital e abraços.</p> <p>Outros achados da pesquisa ilustram um percentual de 44,8% de pessoas que sofreram uma única forma de violência ao passo que 55,2% experimentaram múltiplas formas de violência.</p> <p>Os participantes relatam que a melhor forma de lidarem com o abuso foi mantê-lo em segredo, silêncio e escondendo-o da família por falta de confiança ou por não levarem em consideração, ao passo que 12% afirmaram ter explicado para uma pessoa de confiança sobre o abuso sofrido.</p> <p>Participantes relatam as consequências da violência como: depressão, ansiedade, medo, vergonha, culpa, raiva, automutilação e tentativa suicida após os 14 anos de idade.</p> <p>A pesquisa conclui que pessoas transgêneros são no geral vítimas de violência ao longo de sua vida e por serem trans são susceptíveis a lidar com violência e suas consequências, o que não são levadas em consideração pelas autoridades competentes.</p>

Quadro 4 - Caracterização dos artigos selecionados a partir dos objetivos, desenho do estudo, número de participantes, principais resultados e conclusões.

ID	Objetivo	População/faixa etária	Número de participantes	Principais resultados e conclusões
A2	Explorar as experiências de indivíduos trans femininos com histórias de vitimização sexual	Transgênero (homem e mulher) (18-57 anos)	(10)	<p>Foi evidenciado que fatores como: raça/etnia, idade, situação de emprego, status de moradia contribuem para a vitimização sexual na população trans. Os participantes relataram várias formas de violência perpetrada por homens cisgêneros como: estupro, coerção sexual, violência doméstica, silenciamento, violência transfóbica, toque sexual indesejado, sexo forçado por estranho.</p> <p>A violência sexual sofrida pelas participantes da pesquisa causou impactos na saúde de forma negativa, influenciando no uso do álcool/droga, trabalho sexual de sobrevivência, baixa autoestima, traumas psicológicos, isolamento social, depressão, agorafobia e ideias suicidas.</p> <p>A pesquisa conclui que o comportamento de maus tratos e discriminação na população trans podem estar ligados à desigualdade social, raça e identidade queer.</p>
A3	Examinar o impacto da violência Sexual, bem como as respostas e necessidades de apoio em relação à violência sexual em mulheres trans	Transgêneros (homem e mulher) (18-54 anos)	(31)	<p>Este estudo evidenciou que a violência após a transição de gênero foi generalizada, entretanto, tanto o assédio sexual assim como agressão sexual ocorreram de várias formas no espaço público e privado, perpetuado por homens cisgêneros na sua maioria conhecidos e estranhos pelas vítimas.</p> <p>A agressão sexual incluía atos sexuais forçados, estupro que muitas das vezes ocorriam com violências físicas e psicológicas e eram perpetuados por parceiro íntimo familiares e durante o trabalho sexual. Ao passo que o assédio sexual estava relacionado com olhares fixos, ser exposto publicamente e ser de gênero fora do binarismo, abuso transfóbico, vaias e toques inapropriados na rua, banheiro e nos transportes públicos.</p> <p>Em relação às consequências psicológicas, o medo de sofrer violência sexual em público foi relatado pelas participantes como principal problema. Ainda, houve relatos de sofrimento psíquicos como: ansiedade, depressão, transtorno pós-traumático, autoisolamento, uso de drogas, automutilação e ideia suicida decorrente do abuso sexual vivenciado.</p> <p>O estudo conclui que a violência tem um impacto significativamente negativo na vida das vítimas e que as políticas públicas mais eficientes podem ajudar a reduzir esses problemas na vida das pessoas trans.</p>

Este estudo de revisão sistemática, constituiu a primeira RS que propôs a examinar violência sexual em adolescentes e jovens com variabilidade de gênero e suas consequências para a saúde mental. Os estudos incluídos nesta revisão abordam as causas e os tipos de violência na população trans, suas consequências para a saúde, quem são os perpetradores, os mecanismos de enfrentamento, locais em que essas violências ocorreram e com que frequência, a ausência de assistência médica, preconceitos, estigmas e ausência de políticas públicas eficientes para a garantia dos seus direitos (BRAGA *et al.*, 2018).

Diante dos resultados obtidos nas bases de dados, optou-se por categorizar os resultados em tópicos, a descrever: quem são os/as perpetradores da violência contra população trans, quais são os tipos de violências sofridas pelas pessoas trans; quais os fatores que as influenciam e, por fim, suas consequências na saúde da população transgênero.

Perpetradores da violência sexual contra a população trans

Corroborando com o estudo realizado por James *et al* (2015) os achados apontam que, jovens de minoria estão entre as populações mais propensas a sofrer violência sexual. Entretanto, estimativas sinalizam que só nos Estados Unidos da América 47% dos jovens e adultos transgêneros foram agredidos sexualmente, 10% por familiares e 54% foram violentados por parceiros íntimos.

A violência contra a população trans ocorre em diferentes contextos, porém, torna-se mais crítico quando praticada por entidades que têm como dever proteger e garantir os direitos e os cuidados adequados à essa população. Pesquisa envolvendo mulheres trans em três países (El Salvador, Trinidad e Tobago e Haiti), mostrou que a violência foi perpetrada na escola pelos colegas e pelos administradores da instituição, na saúde pelos profissionais que xingavam os pacientes trans por serem desviantes do gênero normatizado socialmente (homem e mulher) e quando no sistema judicial, seus casos não eram levados em consideração como os dos demais, ou seja, os policiais não atendiam de forma adequada às situações de denúncias feitas pelas mulheres trans (EVENS *et al.*, 2019).

Estudo realizado nos Estados Unidos, mostrou que quase metade dos participantes foram abusados ou agredidos sexualmente na adolescência por um membro da família e na idade adulta por um parceiro sexual comercial, que se refere às pessoas que fizeram sexo com pessoas transgênero por comércio. Ressalta, ainda, que adolescentes trans são mais propensos a se envolverem no trabalho sexual pelas restrições sociais, familiares e econômicas a que estão sujeitos (NEMOTO, BÖDEKER, IWAMOTO, 2011).

Tipos de violências sofridas pelas pessoas Trans e os fatores que influenciam sua ocorrência

Estudo realizado por Silva *et al* (2021) os resultados mostraram que, no geral, adolescentes vítimas de abuso sexual tendem a ter altos riscos de sofrer de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, problemas relacionados ao uso de substâncias ilícitas, transtorno alimentar e agressão sexual adicional.

Evidências sinalizam que fatores como: discriminação, aversão, ódio e preconceito contribuem para agressão sexual na população de minoria de gênero. Embora existam políticas públicas que assegurem o direito da identidade sexual em vários países, porém, continua havendo altos índices de assassinatos dessa população. Em vista disso, é necessária a fortificação e efetivação de medidas de segurança e garantia dos seus direitos (HALL, 2017).

Conforme Milner e colaboradores (2022) a população jovem de minorias de gênero enfrentam altas taxas de violência em comparação com seus pares cisgêneros. Os fatores como: discriminação, preconceito, o desvio do padrão hegemônico, estigma e o racismo são fatores condicionantes que determinam o comportamento dos agressores.

Estudos de abrangência nacional, realizados nos Estados Unidos da América, apontam que, aproximadamente metade das pessoas transgêneros e mulheres bissexuais sofrem violência sexual em suas vidas. Porém, na sua maioria não há denúncias de agressões sexuais por temerem represálias por parte da sociedade e do próprio sistema de segurança (WALTERS., CHEN., BREIDINGS, 2013; JAMES *et al.*, 2016).

A população LGBTQUIA+ enfrenta maiores riscos e altas taxas de violência motivadas por ódio, discriminação e preconceito, considerados como fatores que podem envolver agressão sexual, estupro e, além disso, é uma população que não recebe, de modo geral, cuidados médicos adequados devido ao estigma social e o medo de receber um “fora “ou seja, de receber um tratamento inadequado por parte do profissional médico (BASILE *et al.*, 2014; JAMES *et al.*, 2016).

Considerando os problemas enfrentados pelas pessoas trans, um estudo de método misto realizado na cidade de Chennai (Índia) com transgêneros, revelou as situações enfrentadas como: discriminação disseminada de preconceito, violência e estigma nos sistemas de saúde, educação e emprego. A pesquisa associou também problemas como dificuldade na obtenção de documentos de identidade e na mudança da própria identidade e sofrer rejeições durante viagens (KUMAR *et al.*, 2022).

James *et al.*, (2016) em pesquisa realizada em 50 estados dos Estados Unidos da América envolvendo população de transgêneros, expôs que aproximadamente um, em cada dois indivíduos trans, relata ter sido agredido sexualmente pelo menos uma vez na vida. Nesta mesma pesquisa, um em cada dez (10%) dos participantes relatou ter sofrido violência familiar por ser desviante do gênero e (8%) foram expulsos por serem transexuais.

O abuso sexual contra pessoas trans tem sido um dos maiores problemas, denunciados em vários estudos realizados no mundo. Henry *et al.*, (2018) em suas pesquisas, alegam que 71% de adultos transgêneros sofreram agressão por parceiro íntimo, sendo que 31% relatam ter sofrido abuso sexual, 71% violência psicológica, 42% agressão física e 29% lesões corporais.

Consequência da violência na saúde de adolescentes e jovens Trans

Para Johns e colaboradores (2018) pessoas transgêneros sofrem diversos tipos de violência, o que pode estar ligado diretamente aos efeitos deletérios que são observados na sua saúde mental, como o aumento do uso de substâncias ilícitas, desenvolvimento de comportamentos violentos, suicídio e sintomas depressivos decorrentes do abuso sofrido.

Pessoas transexuais expostas à violência sexual têm maior risco a ter comportamentos suicidas, em comparação com seus pares não expostos a esse tipo de violência. Estudo realizado por Tordoff *et al.* (2022) com adolescentes, demonstrou em seus resultados que adolescentes Trans ao receber cuidados de afirmação de gênero apresentam menores riscos de terem depressão, ansiedade e comportamentos suicidas.

De acordo com Benevides e Nogueira (2021) fatores como baixa autoestima, humilhação perpetuada contra pessoas trans, transtorno de ansiedade generalizado, depressão, maus-tratos, abuso físico, sexual e psicológico contribuem para o aumento da taxa de suicídio nessa população.

Estudo que envolveu 16 travestis e transexuais, num dos Municípios do Estado da Paraíba, Brasil, mostrou que a população de travestis e transexuais enfrentam inúmeras situações de violência, nos seus mais variados contextos desde a violência psicológica, verbal, física, sexual, com maior frequência nas ruas, escolas e nos serviços de saúde perpetradas sobretudo pelos membros da família, vizinhos, pessoas desconhecidas e também por profissionais da saúde (SILVA *et al.*, 2016).

Evidências apontam que na comunidade LGBTQIA+, as travestis e transexuais são as que mais passam por situações de violência, preconceito discriminação que é vista tanto no ambiente familiar como social, não sendo diferente nos serviços de saúde. Estes fatores interferem diretamente na falta de empregabilidade e, às vezes, na participação em trabalhos considerados dignos (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021; SILVA *et al.*, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar/Analisar as características da violência sexual contra adolescentes e jovens trans. Conhecer as repercussões da violência sexual na saúde mental de adolescentes e jovens trans. Descrever os fatores que propiciem a ocorrência de violência sexual contra adolescentes e jovens trans. Geralmente, a violência causa graves problemas em suas vítimas e pode deixar sequelas irreversíveis. Neste trabalho, foi evidenciado que pessoas trans que sofreram a violência sexual têm medo de ter novos relacionamentos, dificuldade de relacionamento íntimo e amigável, sentimento de serem culpadas pelas violências sofridas, mudanças no comportamento e insegurança nos espaços públicos.

Nossa revisão encontrou uma gama de repercussões causadas em decorrência da violência sofrida pelos adolescentes e jovens trans. A violência causa problemas de ordens psicológicas, sexuais, físicas e sociais na vida de suas vítimas. Os ônus causados pela violência estão intimamente ligados à depressão, ansiedade, baixa autoestima, lesões corporais, estresse pós-traumático, distúrbios de sono e do aprendizado, delírios, alucinações, transtornos psicóticos, ideação suicida e até a morte.

Nesta pesquisa foi possível, também, evidenciar fatores que propiciaram a ocorrência da violência sexual na população de adolescentes e jovens trans. A violência contra essa população começa já no ambiente familiar motivada por questões culturais, sociais e hegemônicas. Nos estabelecimentos públicos, essa prática está ligada à discriminação, aversão, estigma e preconceito enraizados na sociedade.

A escassez de trabalhos que abordem de forma direta a violência sexual contra adolescentes e jovens com variabilidade de gênero, pode ser encarada como uma limitação do estudo, para obtenção de dados mais consistentes e revela a necessidade da realização de pesquisas primárias, em campo, que abordem especificamente o problema da violência sexual nessa população, para que se possa trazer à luz possíveis variáveis e saberes socioculturais que auxiliem ao melhor enfrentamento desta questão e inclusive, possa subsidiar a formulação de políticas públicas em saúde, educação e segurança.

Por outro lado, a busca por todo o período de existência dos bancos de dados, desde o seu início, se revela como uma fortaleza do estudo, demonstrando, assim, claramente a necessidade de ampliar a realização destes estudos e sua divulgação. Desta forma, estudos quantitativos, de base populacional, que busquem revelar a magnitude do problema nas diversas sociedades, em que pese as suas dificuldades operacionais de realização, poderão ajudar a quantificar e denunciar a naturalização das violências contra esta população. Por outro lado, desenhos qualitativos serão sempre de grande valor para demonstrar o significado desta forma de violência contra estas pessoas e poder, assim, com o entendimento que traz, apontar novos caminhos e soluções.

6. REFERÊNCIAS

- _____. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB.** Brasília, 2008.
- AHMED, K. Mueen; AL DHUBAIB, Bandar. Zotero: A bibliographic assistant to researcher. *Journal of Pharmacology and Pharmacotherapeutics*, v. 2, n. 4, p. 303, 2011.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em debate*, v. 40, p. 100-111, 2016. **Annals of internal medicine**, v. 171, n. 1, p. ITC1-ITC16, 2019.
- ANTJOULE, Nick. O relatório de crimes de ódio. **Homofobia, bifobia e transfobia em Londres. Hg. v. Galop**, 2016.
- ASSEMBLY, UN General et al. Universal declaration of human rights. *UN General Assembly*, v. 302, n. 2, p. 14-25, 1948.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras escreve*, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017.
- BECKER, Daniel. O que é adolescência. *Brasiliense*, 2017. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. *Brasil: ANTRA/IBTE*, 2019.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. **São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE**, 2021.
- BRAGA, Iara Falleiros et al. As múltiplas faces e máscaras da heteronormatividade:: violências contra adolescentes e jovens homossexuais brasileiros. **Salud & Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 052-067, 2018.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL^ DMINISTÉRIO DA SAÚDE. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2006.
- CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, 2018.
- CARVALHO, Ana Maria Pimenta. Adolescência, saúde mental, drogas e violência. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 11, n. 3, p. 120-121, 2015.

- CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 319-351, 2013.
- CASARIN, Sidnéia Tessmer et al. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, v. 10, n. 5, 2020.
- CEOLIN, Rejane et al. Situações de vulnerabilidade vivenciadas na adolescência: revisão integrativa. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 150-150, 2015.
- CIASCA, Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir Lopes. *Saúde LGBTQIA +: Práticas de cuidado transdisciplinar- 1*. Ed Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021.
- CIDH - Comissão Internacional dos Direitos Humanos. Comunicado para a Imprensa No.153A/14, **um panorama da violência contra as pessoas LGBTI na América**: um registro que documenta atos de violência entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2014, Anexo ao Comunicado para a Imprensa No. o nível 153/14. 17 de dezembro de 2014. Acesso em: 14 de Jan 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2014/153A.asp>
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1163-1178, 2006.
- DE FIGUEIREDO LAZÁRIO, André Luiz; SILVA, Cláudio Nascimento; DOS SANTOS, Ivair Augusto Alves. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Ministério da Saúde, 2004.
- DE MORAES, Matheus Andrade; BORGES, Josefa Lusitânia de J. SANTOS, José Elisson Da Silva. Saúde mental da população LGBTQIA +: violências, preconceitos e suas consequências Mental health of the LGBTQIA+ population: Violences, prejudices and their consequences. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, p. 57836-57855, 2021.
- DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, v. 32, n. 3, 2019. 22.
- DWORKIN, Emily R. et al. Sexual assault victimization and psychopathology: A review and meta-analysis. *Clinical psychology review*, v. 56, p. 65-81, 2017.
- EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolesc. Saúde* (Online), p. 6-7, 2005.
- EVENS, Emily et al. Experiences of gender-based violence among female sex workers, men who have sex with men, and transgender women in Latin America and the Caribbean: a qualitative study to inform HIV programming. **BMC international health and human rights**, v. 19, p. 1-14, 2019.
- FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro. Nexo. Disponível em:

[A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro | Nexo Jornal](#). Acesso 16 de abril de 2023.

FARAHI, Narges; MCEACHERN, Morgan. Sexual assault of women. **American family physician**, v. 103, n. 3, p. 168-176, 2021.

FEDERAL, Governo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990. FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. *Revista ACB*, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERNÁNDEZ-ROUCO, Noelia et al. Sexual violence history and welfare in transgender people. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 32, n. 19, p. 2885-2907, 2017.

FLEURY, Sonia. A questão democrática na saúde. **Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial**, p. 25-44, 1997.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, p. 183-184, 2014.

GOMES, SANDRA LÚCIA RÉBEL; MENDONÇA, MARÍLIA ALVARENGA ROCHA; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**, p. 97-104, 2000.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS: Desafios para a saúde da população LGBT. 2018.

HAWKEY, Alexandra J. et al. Trans Women's Responses to Sexual Violence: Vigilance, Resilience, and Need for Support. *Archives of sexual behavior*, v. 50, n. 7, p. 3201-3222, 2021.

HENRY, Richard S. et al. Intimate partner violence and mental health among transgender/gender nonconforming adults. **Journal of interpersonal violence**, v. 36, n. 7-8, p. 3374-3399, 2021.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção. Curitiba: Juruá, 2014.

JAMES, Sandy et al. The report of the 2015 US transgender survey. 2016.

JIMENEZ, Luciene; ASSIS, Daniel Adolpho Daltin; NEVES, Ronaldo Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 1092-1104, 2015.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE et al. Critical appraisal tools for use in JBI systematic reviews. **Adelaide (AU): JBI**, 2017

JOANNA BRIGGS INSTITUTE et al. Joanna Briggs Institute reviewers' manual: 2014 edition. Australia: The Joanna Briggs Institute, p. 88-91, 2014.

- KUMAR, Gayathri et al. Exploring the discrimination and stigma faced by transgender in Chennai city—A community-based qualitative study. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 11, n. 11, p. 7060-7063, 2022.
- MARTINS, Luiza Maria Miranda. Gravidez na adolescência: prevenir é melhor que remediar. Nelpa, 2019.
- MARTINS, Maria de Fátima Moreira et al. Estudos de revisão de literatura. 2018.
- MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 289-312, 2012.
- MEYER, Ilan H.; NORTHRIDGE, Mary E. (Org.). **A saúde das minorias sexuais: Perspectivas de saúde pública sobre populações lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros**. Springer Science & Business Media, 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil), Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Protocolo de Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis. Relatório de Recomendação [Internet] Brasília: Ministério da Saúde; 2015. Acesso em: 10 mai 2022. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatórios/2015/Relatorio_PCDT_IST_CP.pdf.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informação. 1 ed. Brasília, 2015.
- MOHER, D. Liberati; TETZLAFF, A. J. and Altman, DG (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Med**, v.6, n. 6, p. e1000097.
- MOHER, David et al. Itens de relato preferidos para revisões sistemáticas e meta-análises: a declaração PRISMA. **Anais de Medicina Interna**, v. 151, n. 4, p. 264-269, 2009.
- MUNN, Zachary et al. Methodological quality of case series studies: an introduction to the JBI critical appraisal tool. **JBI evidence synthesis**, v. 18, n. 10, p. 2127-2133, 2020.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Acesso em: 10 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- NEMOTO T, Bödeker B, IWAMOTO M. **Apoio social, exposição à violência e transfobia, e correlatos da depressão entre mulheres transgênero de homem para mulher com histórico de trabalho sexual**. Am J Saúde Pública. 2011 outubro;101(10):1980-8. DOI: 10.2105/AJPH.2010.197285. Epub 2011 Abr 14. PMID: 21493940; PMCID: PMC3222349.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (2009). Child and adolescent health and development. Genebra: OMS. <http://www.who.int/child-adolescent-health/>
- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE: **Iniquidades em saúde e suas causas**. Disponível em: [Iniquidades em saúde e suas causas \(who.int\)](http://www.who.int/publications/m/item/iniquidades-em-saude-e-suas-causas).
- LANHAM *et al.*, "We're Gonna Leave You for Last, Because of How You Are": Experiências de Mulheres Transgênero de Violência Baseada em Gênero em Saúde, Educação e Encontros Policiais na América Latina e no Caribe. **Violência Gend**. 2019 Mar 1;6(1):37-46. DOI: 10.1089/vio.2018.0015. Epub 2019 Mar 7. PMID: 30937323; PMCID: PMC6442261.

- OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Folha informativa - Violência contra Mulher. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha_informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>. Acesso em: 09 mar 2021
- PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **International journal of surgery**, v. 88, p. 105906, 2021.
- PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Editora Fiocruz, 2008.
- PORTARIA, Nº. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Diário Oficial da União, v. 5, 2011. Acesso em: 5 de março 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html
- QUIROGA, Fernando Lionel; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 23, p. 863-878, 2013.
- ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, educação e saúde*, v. 18, 2019.
- SAFER, Joshua D.; TANGPRICHA, Vin. Care of the transgender patient. **Annals of internal medicine**, v. 171, n. 1, p. ITC1-ITC16, 2019.
- SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 637-649, 2012.
- SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 11, p. 83-89, 2007.
- SANDELOWSKI, Margarete. What's in a name? Qualitative description revisited. **Research in nursing & health**, v. 33, n. 1, p. 77-84, 2010.
- SANDELOWSKI, Margarete; BARROSO, Júlia. Manual para sintetizar a pesquisa qualitativa. Editora Springer, 2006.
- SANTOS WM, SECOLI SR, PÜSCHEL VAA. The Joanna Briggs Institute approach for systematic reviews. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2018;26:e 3074.
- SANTOS, CRISTIANE FERREIRA DA SILVA; ANDRADE, MARIA JULIANA EMILIANO. A Naturalização da Violência de Gênero na Contemporaneidade. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

- SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 15, p. 508-511, 2007.
- SANTROCK, John W. *Adolescência*. AMGH Editora, 2014. SILVA, Amanda de Cassia Azevedo da et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, p. e 190568, 2020.
- SILVA, E. A. S.; DE MICHELI, D. *Adolescência, uso e abuso de drogas: Uma visão integrativa (Adolescence drug use and abuse: An integrative view)*. São Paulo, SP: FAP-Unifesp, 2012.
- SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 37, p. e56407, 2016.
- SILVA, José Carlos Pacheco da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2643-2652, 2021.
- TAKAHASHI, Renata Ferreira et al. Revisão sistemática: noções gerais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 45, p. 1260-1266, 2011.
- DE-LA-TORRE-UGARTE, Mônica Cecilia et al. Revisão sistemática: noções gerais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.
- TORDOFF, Diana M. *et al.* Mental health outcomes in transgender and nonbinary youths receiving gender-affirming care. *JAMA network open*, v. 5, n. 2, p. e220978-e220978, 2022.
- UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Juventude** - 2022. Acesso em: 10 de maio de 2022. Disponível em: [UNFPA Brasil | Juventude](#) .
- UNICEF – **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. *Pobreza na infância e adolescência*. 2018. [Internet]. Brasília (DF); 2018. Disponível em: [UNICEF: Pobreza na Infância e na Adolescência](#). Acesso em: 16 de Mar 2022.
- VITALLE, Maria Sylvia de Souza; SILVA, Flávia Calanca; PEREIRA, Aline Maria Luiz; WEILER, Rosa Maria Eid; SCHOEN, Teresa Helena. **Medicina do Adolescente** - Fundamentos e Prática. Atheneu: Rio de Janeiro: 2019.
- WARPECHOWSKI, Marisa Batista; DE CONTI, Luciane. Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. **Estilos da clínica: revista sobre a infância com problemas**. São Paulo. Vol. 23, n. 2 (maio/ago. 2018), p. 322-343, 201



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Título do Projeto de Pesquisa: *Adolescentes e jovens com variabilidade de gênero e violência sexual: Uma Revisão Sistemática*

Pesquisador Responsável: Maria Sylvia de Souza Vitalle.

Campus UNIFESP/GUARULHOS: Departamento: Programa de Pós-graduação Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Departamento de Educação.

Objetivo acadêmico: Mestrado

Nome do aluno: Abdel Boneensa Cá

Equipe de Pesquisa: Abdel Boneensa Cá; Denise Suzuki Crhisostomo; Maria Sylvia de Souza Vitalle.

Local onde será realizada a pesquisa: Base de Dados científicos disponíveis na internet - Pubmed, Lilacs, Eric, Embase, periódicos CAPES, Scielo, Pepsic, BVS

E-mail para contato: abdel.boneensa07@unifesp.br; vitalle@unifesp.br

Eu, **pesquisador responsável** pelo projeto acima especificado, **declaro que:**

1. O projeto de pesquisa não incluirá participantes de pesquisa, nem utilizará materiais obtidos diretamente de seres humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros), nem utilizará imagem/som/questionários/entrevistas/grupo focal que permitam sua identificação individual, dados de prontuários de assistência do paciente, fichas de cadastros pessoais e/ou fichas escolares;
2. O projeto de pesquisa não utilizará animais vertebrados não humanos nem materiais obtidos diretamente de animais vertebrados não humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros);
3. Estou ciente de que se nesta pesquisa houver manipulação genética (organismos geneticamente modificados), será necessário obter carta de aprovação da Comissão Interna de Biossegurança da Unifesp (CIBio), e que é minha responsabilidade obtê-la antes do início da pesquisa (Lei nº 11.105/2005 <http://www2.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/cibio/index.php?cod=apresenta>);
4. Estou ciente de que caso a pesquisa envolve acesso a patrimônio genético brasileiro e/ou conhecimento tradicional, o projeto deverá ser cadastrado no sistema auto declaratório SisGen, conforme Lei nº 13.123/2015, antes da sua publicação e/ou comercialização do produto, sendo de minha responsabilidade realizar e manter este cadastro atualizado (<https://sisgen.gov.br/>);
5. Estou ciente de que caso os dados utilizados nesta pesquisa não forem de acesso público e/ou se a pesquisa não for realizada em local público, será necessário obter o documento de autorização emitido pela instituição em que será realizada a pesquisa e/ou detentora dos dados a serem utilizados, onde deverá conter as atividades que serão desenvolvidas e assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada, com identificação de cargo/função e respectiva assinatura, antes do início da pesquisa (Lei no 12.527/2011);
6. Estou ciente de que se houver coleta de exemplares biológicos e/ou se a pesquisa for realizada em unidades de conservação federais ou em cavidade natural subterrânea, será necessário obter documento de autorização do Ministério do Meio Ambiente, conforme Instrução Normativa nº 03/2014 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e é de minha responsabilidade obter este documento antes do início da pesquisa (<https://www.icmbio.gov.br/sisbio/>);



7. Estou ciente de que se o projeto tiver a possibilidade de gerar conhecimento passível de proteção intelectual (patentes, direito autoral, novos tratamentos, marcas, softwares, cultivares, segredo industrial), é minha responsabilidade entrar em contato com a Agência de Inovação Tecnológica e Social (Agits);
8. Estou ciente de que se houver uso do Hospital São Paulo ou algum de seus ambulatórios ou setores será necessário anexar autorização expedida pelo Comitê de Ensino, Pesquisa e Extensão do Hospital São Paulo (CoEPE/HSP), e é minha responsabilidade obter este ofício antes do início da pesquisa (email: coep@huhs.org.br);
9. Estou ciente de que se houver o uso de agentes radioativos, será necessário obter documento de autorização do Núcleo de Proteção Radiológica (NPR) e é minha responsabilidade obter este documento antes do início da pesquisa (para maiores informações sobre o NRP, contato: npr@unifesp.br; VOIP:2882);
10. O referido projeto cumpre as normas legais vigentes relacionadas à proteção intelectual, boas práticas e ética em pesquisa e que será minha responsabilidade zelar pela correta condução do projeto de pesquisa;
11. Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados e gerados pela pesquisa bem como manter a privacidade de seus conteúdos. Também é minha a responsabilidade não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa;
12. Declaro a precisão de todas as informações acima fornecidas e comprometendo-me a informar todos os demais pesquisadores envolvidos no projeto sobre elas.

São Paulo, 10 de março de 2022

Maria Sylvia de Souza Vitalle

Abdel Boneensa Cá

De acordo,

Marian Ávila de Lima e Dias
Chefe do Departamento de Educação

Página 2 de 2

Márcia Aparecida Jacomini
Chefe do Departamento em exercício

Rua Botucatu, 715, Vila Clementino, São Paulo - SP
Telefone: (11) 982247533 – e-mail:vitalle@unifesp.br



Dear Registrant,

Thank you for submitting details of your systematic review for registration in PROSPERO.

We will check the information supplied to

- make sure that your systematic review is within scope
- ensure that the fields have been completed appropriately.

These checks do not constitute peer review or imply approval of the systematic review methods.

Processing of U.K/ NIHR funded records and records related to COVID-19 are currently being prioritised and we will let you know when your record has been published on PROSPERO.

All other records that have been waiting more than 30 days for registration will be auto-published. However, due to technical issues, you will not be notified of this by email notification. Instead, please check your account after 30 days to confirm registration.'

If your application is rejected we will advise you of the reasons for non-publication (usually this will be if your review is out of scope).

There is currently a very high demand for registration, we will aim to respond within 10 working days for UK submissions. For submissions from outside the UK, it will be considerably longer - possibly around three months. During this time you may continue working on your review. You can be reassured that the team are working particularly hard to process records as quickly as is possible.

Whilst the record is being processed, it will be locked and you will not be able to access it.

Please note:

We are receiving many emails enquiring about progress. As replying to these takes time away from the processing of records, we ask that you only email should it be absolutely necessary.

We thank you for your understanding in advance.

Yours sincerely,
PROSPERO Administrator
Centre for Reviews and Dissemination
University of York
York YO10 5DD
e: CRD-register@york.ac.uk
<https://www.york.ac.uk/inst/crd>

PROSPERO

Esta informação foi fornecida pelo contato nomeado para esta revisão. A CRD aceitou esta informação de boa-fé e registou a revisão no PROSPERO. A CRD não assume qualquer responsabilidade pelo conteúdo deste registo de registo, quaisquer ficheiros associados ou websites externos.

JBI CRITICAL APPRAISAL CHECKLIST FOR QUALITATIVE RESEARCH

Reviewer _____ Date _____

Author _____ Year _____ Record Number _____

	Yes	No	Unclear	Not applicable
1. Is there congruity between the stated philosophical perspective and the research methodology?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Is there congruity between the research methodology and the research question or objectives?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Is there congruity between the research methodology and the methods used to collect data?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Is there congruity between the research methodology and the representation and analysis of data?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Is there congruity between the research methodology and the interpretation of results?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Is there a statement locating the researcher culturally or theoretically?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Is the influence of the researcher on the research, and vice-versa, addressed?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Are participants, and their voices, adequately represented?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Is the research ethical according to current criteria or, for recent studies, and is there evidence of ethical approval by an appropriate body?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Do the conclusions drawn in the research report flow from the analysis, or interpretation, of the data?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Overall appraisal: Include Exclude Seek further info

Comments (Including reason for exclusion)
